

O Regimento da Escola Normal do Ceará em 1911 e a formação das normalistas no início do século XX

The Regulations of the Normal School of Ceará in 1911 and the training of female teachers in the early 20th century

El Reglamento de la Escuela Normal de Ceará en 1911 y la formación de maestras a principios del siglo XX

*Lidiane da Silva Pereira¹
Lia Machado Fiuza Fialho²
Limária Araújo Mouta³*



<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2025v17n39pe20320>

Resumo: O presente texto⁴ versa sobre a História da Educação ao abordar aspectos cotidianos e formativos da Escola Normal do Ceará no início do século XX. Assim, objetiva-se discutir quais foram as mudanças ocorridas com a Reforma Educacional de 1911 e quais foram as suas reverberações para a formação das normalistas na Escola Normal do Ceará. Teoricamente, ampara-se nos pressupostos da Nova História Cultural (Hunt, 2001). Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa (Yin, 2016) a partir do entrecruzamento de documentos oficiais com matérias de jornais e revisão bibliográfica. Como resultados, aponta-se que a reforma de 1911, implementada por Thomaz Pompeu de Souza Brasil deu mais autonomia ao diretor da Escola Normal, que passou a se preocupar mais com os aspectos pedagógicos. Além disso, o diretor almejava que o currículo da Escola Normal refletisse os ideais da Escola Nova, o que não foi seguido pelos professores na época, que mantiveram um currículo propedêutico. Destaca-se também o fato de a reforma ter dificultado o acesso à Escola Normal, beneficiando alunas oriundas de famílias de maior poder aquisitivo.

Palavras-chave: Escola Normal do Ceará. Currículo Educacional. História das Instituições. Thomaz Pompeu de Souza Brasil.

¹ Universidade Estadual do Ceará. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7446890215062262> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6081-6405> Contato: lidianesp@gmail.com

² Universidade Estadual do Ceará. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4614894191113114> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0393-9892> Contato: lia.fialho@uece.br

³ Universidade Estadual do Ceará. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6035071300013937> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9161-8927> E-mail: limariamouta@hotmail.com

⁴ Este texto é parte integrante de dissertação de mestrado intitulada "A atuação da educadora Edite Braga na Escola Normal do Ceará (1922-1938)" de minha autoria. Pereira, Lidiane Da Silva. A atuação da educadora Edite Braga na Escola Normal do Ceará (1922-1938). 2024. 169 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2024) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=116383>. Acesso em: 26 set. 2025

Abstract: This text deals with the history of education by addressing everyday and formative aspects of the Normal School of Ceará in the early 20th century. Thus, the objective is to discuss the changes that occurred with the educational reform of 1911 and their repercussions on the training of teachers at the Normal School of Ceará. Theoretically, this study is based on the assumptions of New Cultural History (Hunt, 2001). Methodologically, it is a qualitative research (Yin, 2016) based on the cross-referencing of official documents with newspaper articles and bibliographic review. The results indicate that the 1911 reform, implemented by Thomaz Pompeu de Souza Brasil, gave more autonomy to the director of the Normal School, who became more concerned with pedagogical aspects. In addition, the director wanted the Normal School's curriculum to reflect the ideals of the New School, which was not followed by teachers at the time, who maintained a propaedeutic curriculum. It is also noteworthy that the reform made access to the Normal School more difficult, benefiting students from families with greater purchasing power.

Keywords: Ceará Normal School. Educational Curriculum. History of Institutions. Thomaz Pompeu de Souza Brasil.

Resumen: Este texto aborda la Historia de la Educación abordando aspectos cotidianos y formativos de la Escuela Normal de Ceará a principios del siglo XX. Así, el objetivo es discutir los cambios que ocurrieron con la Reforma Educativa de 1911 y sus repercusiones en la formación de las alumnas de la Escuela Normal de Ceará. Teóricamente, se basa en los supuestos de la Nueva Historia Cultural (Hunt, 2001). Metodológicamente, es una investigación cualitativa (Yin, 2016) basada en el cruce de documentos oficiales con artículos periodísticos y revisión bibliográfica. Como resultado, se señala que la reforma de 1911, implementada por Thomaz Pompeu de Souza Brasil, dio más autonomía al director de la Escuela Normal, quien comenzó a centrarse más en los aspectos pedagógicos. Además, el director pretendía que el currículo de la Escuela Normal reflejara los ideales de la Escuela Nueva, lo cual no fue seguido por los docentes de la época, quienes mantuvieron un currículo propedéutico. También es de destacar que la reforma dificultó el acceso a la Escuela Normal, beneficiando a las alumnas de familias con mayor poder adquisitivo.

Palabras clave: Escuela Normal de Ceará. Plan de estudios educativo. Historia de las Instituciones. Thomaz Pompeu de Souza Brasil.

1 INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XIX, as escolas normais se constituíram como importantes instituições de formação de professores no Brasil. De gestão descentralizada e com recursos escassos, essas instituições tiveram dificuldade na definição dos objetivos e dos currículos, pois não tinham clareza sobre a sua missão.

O projeto de criação de escolas normais no Brasil seguiu o que vinha sendo praticado na Europa. A primeira escola normal foi instalada em Paris, no ano de 1795, após a convenção nacional, no contexto da Revolução Francesa. Com a implementação da República, buscava-se resolver o problema da instrução pública na França (Saviani, 2009).

A República também motivou o fortalecimento dessas instituições no Brasil. Com o advento do novo regime, seus entusiastas diziam acreditar na instrução pública como redentora da sociedade. Para Nagle (2009), a escolarização foi apresentada, muitas vezes, como o único problema que impedia o Brasil a atingir a sua nacionalidade. É, portanto, nos primeiros anos da República no Brasil que as escolas normais tentam se firmar como espaços de formação de professores.



Assim, em 1911, a Escola Normal do Ceará, que havia começado a funcionar em 1884, anexa ao Liceu do Ceará (Olinda, 2005) e compartilhando dos mesmos professores, já havia passado por diversas mudanças, tanto em seu currículo como em sua direção. Thomaz Pompeu de Souza Brasil foi o 11º diretor da Escola Normal, ficando no cargo de 1908 a 1912 (Araújo, 2015). Sua gestão é marcada pela reforma implementada no ano de 1911 na instituição, que vai mudar aspectos importantes na forma de gestão da Escola Normal.

A partir do exposto, pontua-se que este estudo objetiva discutir quais foram as mudanças ocorridas com a reforma educacional de 1911 e quais foram as suas reverberações para a formação das normalistas na Escola Normal do Ceará. Dessa forma, parte-se da seguinte problemática: quais as mudanças ocorridas a partir do regimento da Escola Normal do Ceará de 1911 e qual a repercussão para a formação de professores na época?

Teoricamente, este estudo ampara-se nos pressupostos da Nova História Cultural, que rompe com a perspectiva positivista da História, que focava nos feitos dos grandes personagens políticos, desconsiderando aspectos cotidianos e culturais em suas abordagens (Burke, 2021). Essa mudança de paradigma é pautada a partir da terceira geração dos Annales, na década de 1970, após publicações dos historiadores Jacques Le Goff e Pierre Nora, que propõem uma ampliação nos conceitos de sujeitos, fontes e objetos da História (Le Goff, 1979).

A partir dessa perspectiva, a Nova História Cultural ganha relevância, principalmente após os estudos da historiadora Lynn Hunt, que sugere o uso do termo ao refletir que todas as práticas são culturalmente condicionadas (Hunt, 2001). Dito isto, a Nova História Cultural permite o alargamento de pesquisas no campo da História, sendo os estudos da História da Educação uma dessas possibilidades.

Segundo Vidal e Farias Filho (2003), os trabalhos dentro da seara da História da Educação no Brasil surgem a partir do século XIX e podem ser divididos em três vertentes: a primeira ligada aos escritos produzidos por intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a segunda desenvolvida a partir dos grupos relacionados à formação de professores das escolas normais e a terceira, ligada à escrita acadêmica na área.

É apenas na terceira fase que se tem o fortalecimento da área de estudos voltada para a História da Educação. Vidal e Farias Filho (2003) destacam a criação do Grupo de Trabalho em História da Educação, vinculado à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em 1984, e do Grupo de Estudos e Pesquisas História,



Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR), em 1986, como elementos fundamentais nessa transformação. O GT História da Educação “tornou-se o principal espaço nacional de aglutinação de pesquisadores, de crítica historiográfica e de difusão de novos horizontes de investigação na área, como a história das mentalidades, o (pós-) estruturalismo e a história cultural” (Vidal e Farias Filho, 2003, p. 133).

A partir do exposto, cumpre pontuar que as últimas décadas foram marcadas pela intensificação de trabalhos na área. Assim, ao abordar a história de instituições, de currículos, de políticas educacionais e de educadoras, partindo de uma abordagem na Nova História Cultural, contribui-se de forma efetiva para o fortalecimento e para a construção de novos olhares no campo da História da Educação.

Por conseguinte, ao abordar as mudanças no regimento da Escola Normal do Ceará, este trabalho pretende desvelar aspectos importantes das transformações ao longo do tempo das instituições escolares locais. Dessa forma, fortalece não apenas os estudos na seara da História da Educação no Brasil, mas principalmente contribui para as discussões locais dentro desse campo.

Ademais, cumpre pontuar que este artigo está dividido em “Introdução”, que aborda o objetivo do estudo, sua problemática e o referencial teórico adotado; “Metodologia”, que discorre sobre o caminho escolhido para chegar aos objetivos propostos; “Resultados e discussões”, que traz os resultados encontrados ao longo deste estudo; “Considerações finais”, que retoma o objetivo do texto, dialoga com os resultados encontrados e traz possibilidades de futuras pesquisas; e as “Referências bibliográficas”, que situa o leitor sobre o embasamento deste estudo.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo parte de uma abordagem qualitativa por buscar abranger as condições contextuais (Yin, 2016) da reforma educacional da Escola Normal do Ceará, no ano de 1911. Assim, este trabalho foi pautado na análise documental e no entrecruzamento de fontes. Minayo (2016) reforça que as pesquisas nas Ciências Sociais e Humanas são realizadas por aproximação. O objetivo não é dar conta de toda a complexidade do objeto, mas fazer inferências a partir das pistas encontradas.

Por consequência, cumpre pontuar que se optou, nesta pesquisa, pela revisão de literatura desenvolvida sobre a Escola Normal do Ceará, principalmente a partir da obra *Formação Integral do Educando no Tempo da Escola Normal*, da professora Ercília Maria Braga de Olinda. A referida obra e os demais estudos suscitados ao longo do texto foram



entrecruzados com matérias de jornais e com documentos oficiais, disponíveis na Hemeroteca Nacional e no Arquivo Público do Ceará. Analisou-se o relatório anual da Escola Normal, produzido por Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, no ano de 1912, que ajuda nas discussões sobre o tipo de educação que se buscava na época, o currículo vigente e as ideias que influenciavam a gestão da instituição. O documento está disponível no Acervo da Instrução Pública, no Arquivo Público do Ceará.

Sobre o uso de fontes documentais oficiais em pesquisas historiográficas, vale ressaltar que, por muito tempo, esses documentos foram tidos como “fontes de verdade, testemunhos neutros do passado” (Bacellar, 2023, p. 25). No entanto, trabalha-se hoje com a perspectiva de que esses documentos são fontes produzidas e manuseadas pelo homem. Portanto, são passíveis de subjetividades. Cabe, assim, ao pesquisador problematizá-las, antes de endossar o que elas apresentam.

Este estudo é pautado, ainda, na análise de alguns jornais, que trazem informações relevantes sobre o cotidiano na Escola Normal do Ceará durante o período analisado e sobre as disputas políticas em torno da instituição. É importante ressaltar que esse tipo de fonte também necessita de problematização. “Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes de averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê” (Luca, 2023, p. 132).

Assim, compreender a materialidade do jornal, o grupo que estava por trás de sua publicação e o período histórico em que ele foi veiculado é de fundamental importância no processo de análise de periódicos. Neste estudo, optou-se pela análise do trecho de uma matéria do *Jornal do Ceará*, periódico dirigido por Valdemiro Cavalcante, jovem intelectual da época e opositor do grupo de Nogueira Accioly (Martins [s.d]).

A matéria em questão ajuda na contraposição de discursos. Enquanto o relatório elaborado por Thomaz Pompeu, na posição de diretor da Escola Normal, aponta para um lado, a matéria veiculada no *Jornal do Ceará* aponta para outro.

A partir do exposto, buscou-se abordar as mudanças na legislação e as suas implicações para a formação de normalistas no Ceará, analisando o currículo disponível, o Regimento elaborado por Thomaz Pompeu, as políticas educacionais da época e as relações políticas que refletiam nos rumos da Escola Normal do Ceará.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A criação da primeira Escola Normal do Ceará insere-se no contexto de fundação de outras escolas normais no Brasil com o objetivo de formar professores para as séries



iniciais. Essa demanda ocorreu após o Ato Adicional de 1834, que tornava as províncias responsáveis pela instrução primária.

Prevista pela Lei Provincial nº1.790 de 1878, a Escola Normal só passou a funcionar em 1884. Inicialmente, ela dividiu estrutura física e corpo docente com o Liceu do Ceará, até conquistar um prédio próprio e quadro docente exclusivo. Não diferente do que ocorria no restante do Brasil, em seus primeiros anos, a instituição teve dificuldade em se firmar, principalmente por falta de recursos. Além disso, o regimento da escola era constantemente alterado, por conta de mudanças políticas.

No ano de 1911, marco da criação do regulamento objeto deste estudo, a Escola Normal já havia passado por quatro mudanças de legislação. À época, a instituição era dirigida por Thomaz Pompeu de Souza Brasil (Filho), professor de instituições renomadas, como o Liceu do Ceará e a Escola Militar do Ceará. Thomaz Pompeu também era político, já tendo sido eleito deputado provincial e vice-presidente da província, além de ser ligado a um importante grupo político da época, a Oligarquia Acciolyna.

Cunhado de Nogueira Accioly, Thomaz Pompeu assume a direção da Escola Normal durante a terceira e última gestão de Accioly como governador do Ceará. Sua gestão encerra-se no mesmo ano da queda da Oligarquia Acciolyna. Nogueira Accioly renunciou ao cargo, em janeiro de 1912, após pressões políticas e a realização da Passeata das Crianças, puxada pelos apoiadores de Franco Rabelo e as revoltas populares que se seguiram (Pereira, 2024, p. 82-83).

Assim, a gestão de Thomaz Pompeu não pode ser dissociada da influência do grupo político ao qual ele representava. Thomaz Pompeu era filho de um importante nome da política cearense, o Senador Pompeu, que – dentre outras contribuições para o Ceará– fundou o Liceu do Ceará, no ano de 1845 (Zaranza, 2018). Além disso, a sua relação com a Oligarquia Accioly está diretamente ligada à sua gestão à frente da Escola Normal do Ceará. Oliveira (2008, p. 107) ressalta essa relação de pessoas vinculadas a Nogueira Accioly na direção da instituição. “(...) A partir de 1901, todos ligados diretamente à oligarquia dominante na época”.

Apesar de seu nome não ser uma grande ruptura no projeto do grupo político que vinha dirigindo a Escola Normal, Thomaz Pompeu era uma espécie de entusiasta da educação. Antes de assumir a direção da instituição, ele criou, com outros intelectuais locais, a Faculdade de Direito do Ceará, no ano de 1903 (Almeida, 2009, p. 63). Cumpre pontuar, ainda, que – apesar de sua atuação na educação – Thomaz Pompeu destacou-se também como industrial no Ceará, participando de sociedades empresariais e se envolvendo em inúmeros negócios, tais como a *Fábrica Pompeu e Irmãos*, a companhia



Ferro-Carril do Outeiro, o Banco do Ceará, a Fábrica Progresso e a Fábrica do Dr. Thomaz Pompeu (Viana, 2006).

Ele foi nomeado em 1908 como diretor da Escola Normal do Ceará, almejando reformar a instituição, preocupado com o ensino que era ofertado. As ambições de Thomaz Pompeu provavelmente estavam ligadas ao movimento reformista do final do século XIX e início do século XX, que ganhou força nos Estados Unidos e na Europa, influenciado pela psicologia e que via as crianças como seres ativos. O movimento, conhecido por Escola Nova, condensava diversas experiências pedagógicas ao longo do mundo e pregava uma escola ativa.

Embora as “escolas novas” nasçam e se desenvolvam como experimentos isolados, ligados a condições particulares e a personalidades excepcionais de educadores, elas, justamente porque tiveram imediatamente ampla ressonância no mundo educativo, propiciaram uma série de pesquisas no campo da instrução, destinadas a transformar profundamente a escola, não só no seu aspecto organizativo e institucional, mas também, e talvez sobretudo, no aspecto ligado aos ideais formativos e aos objetivos culturais. (Cambi, 1999, p. 514).

Como intelectual de posses, Thomaz Pompeu provavelmente teve contato com as “novas ideias educacionais” e almejava implementá-las no Ceará. Assim, ao elaborar o regimento da Escola Normal, ele demonstrava uma preocupação excessiva com o que era ministrado pelos professores. Para garantir que o programa fosse cumprido, escreveu um artigo que permitisse a ele (enquanto diretor) fiscalizar se eles estavam cumprindo o que havia sido acordado.

Olinda (2005) destaca que, após o novo regulamento, os professores eram obrigados a cumprir fidedignamente o que estava proposto no programa da disciplina, ficando sem possibilidade de fazer qualquer alteração.

O artigo 115 do Regulamento de 1911 é enfático em relação ao controle exercido pelo diretor, quando prescreve que este deve “assistir com frequência às aulas, fiscalizando assiduamente o methodo de ensino do corpo docente e a maneira porque ele desempenha seus deveres profissionais”. O professor era obrigado a cumprir fielmente o programa que era detalhado mês a mês. O diretor controlava os professores e todos eram controlados pelo governo (Olinda, 2005, p. 34).

Essa necessidade de controle também pode ser justificada pela ligação direta do diretor da Escola Normal ao governo. Como pontua Olinda (2005), a questão do controle se estendia também para as alunas. “A ideia era de que a conduta das alunas fora do colégio fosse ‘objeto de particular atenção do Director para se aquilatar de sua capacidade moral’ (Olinda, 2005, p. 35).

Além da questão do controle, entre as mudanças realizadas na Escola Normal com o decreto assinado por Thomaz Pompeu, estava a alteração nas atribuições do

diretor da instituição, que passou a ter a responsabilidade de elaborar um relatório anual analisando os dados administrativos e os dados relativos à qualidade do ensino. Além disso, “as atribuições do diretor passam a ser menos burocráticas e se concentram no acompanhamento pedagógico” (Olinda, 2005, p. 32).

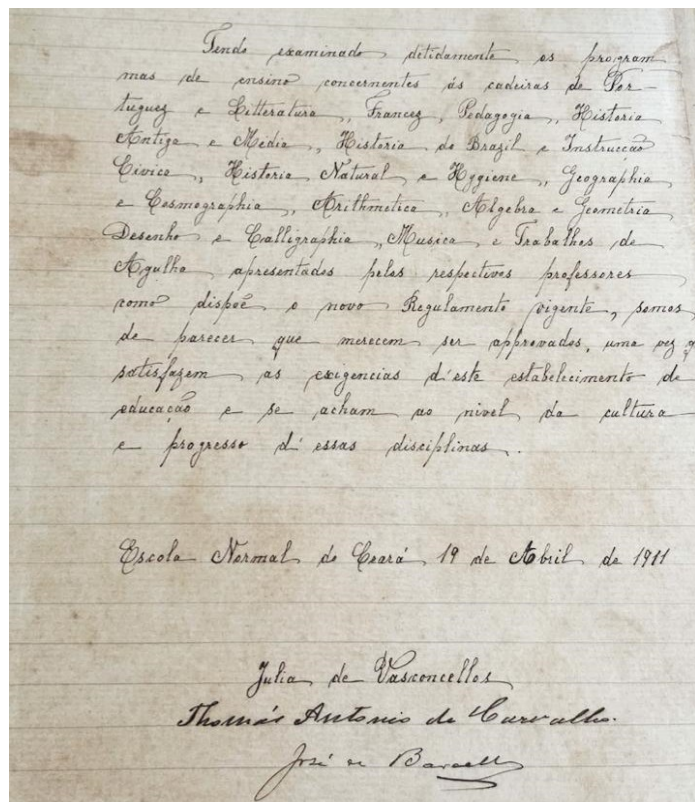
Em 1911, o currículo vigente na Escola Normal do Ceará atendia às deliberações do Regimento de 1899, elaborado por José de Barcellos, então diretor interino. Na reforma, Thomaz Pompeu afirmava ter o interesse em dar um caráter mais prático ao ensino da Escola Normal. No entanto, no relatório elaborado no ano seguinte, o educador demonstrava frustração com o resultado da reestruturação dos programas desenvolvidos para a instituição.

A reforma deste Estabelecimento baixada com o Decreto de 4 de Fevereiro de 1911, concedendo aos professores inteira liberdade na organização dos seus programmas, deixava entrever uma modificação, sinão radical ao menos apreciavel, nos methodos de ensino, visando tornal-o mais pratico e, portanto, mais proveitoso. Infelizmente taes esperança se não verificaram, ou verificaram-se somente em parte; dir-se-ia que a maior parte dos professores, vezados nos antigos methodos de ensino não se animam a vasar os seus programmas nos novos moldes da moderna pedagogia. Salvo raras excepções os programmas de ensino são hoje o a que eram a dez annos atraz. (Brasil, 1912, p. 02).

Na visão do então administrador da Escola Normal, os professores não fizeram muito esforço em mudar seus programas e não se preocuparam em escrevê-los nos moldes da “moderna pedagogia”. Os programas propostos haviam sido desenvolvidos pelos respectivos professores de cada cadeira e analisados pelos educadores Julia de Vasconcellos, Thomás Antônio de Carvalho e José de Barcellos, que recomendaram a devida aprovação, conforme ofício abaixo.



Figura 01 – Ofício do Regimento Interno de 1911 da Escola Normal



Fonte: Arquivo Público do Ceará (2023).

No documento, de 19 de abril de 1911, a comissão alega ter examinado “distintivamente” todos os programas. E que, após esse exame, ela recomenda a aprovação, “uma vez que satisfazem a exigência deste estabelecimento de educação e se acham no nível de cultura e progresso dessas disciplinas” (Vasconcellos et al, 1911).

Junto ao ofício citado, encontram-se os programas das seguintes cadeiras: desenho e caligrafia; música; literatura; álgebra e geometria prática; aritmética; cadeira suplementar de aritmética; física e química, história natural e higiene; história do Brasil e instrução cívica; pedagogia; geografia e cosmografia; história universal e francês. Pelas disciplinas elencadas, percebe-se que se priorizava bem mais a cultura geral do que o conteúdo voltado para a docência, que era limitado à cadeira de pedagogia.

A ‘Prática de Ensino’, apesar da existência de uma “Escola de Aplicação”, com 5 classes, funcionando no edifício da Escola Normal para as “normalistas exercitarem-se nos métodos e processos de ensino”, não possuía no currículo um lugar específico (Sousa, 1961, p. 185).

Pelo trecho acima, Joaquim Moreira de Sousa, importante nome da educação no Ceará, critica o currículo de então e a escassa formação dessas normalistas para a docência. Em outra obra, intitulada *Estudo sobre o Ceará*, ele afirma que não houve grandes mudanças no currículo em relação ao de 1899.

Por esse Regulamento, volta o Curso de Preparatórios e estabelece-se que o ensino normal se fará no decorrer de em 3 anos. As matérias são mais ou menos as mesmas, ampliando-se um pouco o programa de História da Civilização e o de Pedagogia. (Sousa, 1966, p. 115).

Voltando para a análise elaborada por Thomaz Pompeu em seu relatório, outro ponto criticado pelo então diretor foi a qualidade do material escolar, que, na sua concepção, não permitia “aos professores a demonstração da parte pratica de seus programmas” (Brasil, 1912, p. 02). A partir do exposto, Thomaz Pompeu propôs, em seu relatório, “a criação de um gabinete ou laboratorio para o ensino das sciencias phisicas e naturaes; a organização de um museu pedagogico, de uma bibliotheca e a installação de uma sala de desenho” (Brasil, 1912, p. 02).

Os laboratórios de ensino e os museus pedagógicos, assim como a sala de desenho, faziam parte das propostas da educação ativa, em que o educando tivesse a oportunidade de aprender a partir da prática. Dentro dessa concepção, esses equipamentos pedagógicos tinham papel de mediação do conhecimento.

Para a implementação da proposta escolanovista, museus e gabinetes foram novamente mobilizados e revitalizados, mas com um novo papel: atender às exigências da aprendizagem pela experiência, pela observação e pela investigação. Os museus escolares passaram a ser entendidos como recursos auxiliares a serem disponibilizados pela escola para favorecer a aprendizagem do aluno, uma espécie de laboratório que se prestaria a despertar a curiosidade e a atividade espontânea da criança para os fenômenos naturais. (Alves, 2016, p. 111).

Outra mudança significativa proposta no Regimento de 1911 foi o retorno do curso preparatório de um ano antes dos três anos regulares do curso Normal, que havia sido extinto no Regimento de 1899. Para Thomaz Pompeu, essa medida e o maior rigor nos testes de admissão eram necessários para “elevar quanto possível o nível do ensino neste estabelecimento” (Brasil, 1912, p. 05).

Em seu relatório anual, apresentado em 1912, o então gestor da Escola Normal demonstra o quadro de matrículas dos últimos cinco anos, passando de 345 em 1908 para apenas 161 em 1912. Segundo Thomaz Pompeu, o maior rigor no teste de admissão ajudava a diminuir o número de eliminações durante o curso, garantindo que as alunas que ingressassem na Escola Normal conseguissem ser diplomadas ao final dos quatro anos.

Assim, o número de eliminações saiu de 51 em 1908 para 27 em 1911. Thomaz Pompeu fez questão de representar este número em percentual, caindo de 14,77% para 9,67%. Para ele, as ações se justificavam também pelo percentual de diplomadas. Seu relatório demonstra que o ano de 1911 teve o maior percentual de diplomadas dos últimos



cinco anos. Foram 76 alunas diplomadas, representando um percentual de 27,24% versus o número de matriculadas.

Ele proibiu, ainda, o ingresso de candidatas que tivessem o certificado de 3ª classe pelas escolas das vilas. Todas essas medidas, apesar de justificadas pelo administrador, foram vistas, por muitos, como estratégia para restringir o acesso de pessoas de classes menos abastadas à Escola Normal. “Thomaz Pompeu manifestou com ações concretas sua visão aristocrática sobre educação” (Olinda, 2005, p. 46). As medidas, no entanto, não passaram despercebidas pela oposição. Em 27 de outubro de 1911, o *Jornal do Ceará*, ligado a um grupo opositor ao grupo político de Nogueira Accioly, questiona os critérios para a reprovação de alunas na Escola Normal.

Ha por ali alumnas protegidas que, não obstante reprovadas, conforme a interpretação dada ao novo regulamento por gente que aliás não parece saber ler, estão freqüentando as aulas, porque contam ainda com a emenda das notas no mappa respectivo. De uma sabemos cujo nome não foi incluído na lista, publicada em portaria, das alumnas reprovadas, e que espera aproveitar o anno. Como o critério ali é de dois gumes, tudo pôde ser. (*Jornal do Ceará*, 27 de outubro de 1911).

Pela matéria acima, infere-se que o rigor adotado nos exames era relativizado a partir de quem era a aluna. Assim, havia concessões para algumas, enquanto outras sofriam para se manter na escola, diante das exigências advindas com o Regulamento de 1911. Cumpre pontuar que, apesar de Thomaz Pompeu ter deixado a diretoria da Escola Normal no ano de 1912, o regimento elaborado por ele ficou vigente até 1918.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscou-se compreender as mudanças ocorridas com a instituição do Regulamento de 1911, na Escola Normal do Ceará, pelo então diretor, Thomaz Pompeu de Souza Brasil, e suas reverberações no cotidiano das alunas da instituição. Ademais, não se pode falar dessa gestão de maneira dissociada das relações políticas da época e da ligação do educador à Oligarquia Accioly.

A partir do exposto, vale ressaltar que, apesar de não trazer grandes rupturas no currículo, o Regimento da Escola Normal de 1911 trouxe mudanças significativas para a Escola Normal e, consequentemente, para as normalistas. Apesar de priorizar uma atuação pedagógica do diretor da Escola Normal, o regimento tinha caráter de controle excessivo, autorizando o gestor da instituição acompanhar as aulas dos professores e conferir se eles estavam cumprindo o proposto no programa da cadeira.

Além disso, o ingresso tornou-se mais difícil, a quantidade de alunas matriculadas diminuiu e houve mais rigor nos exames. Havia uma tentativa de intensificar a seleção de quem poderia ocupar as vagas na escola, priorizando, assim, alunas com boa formação, que - neste contexto - eram oriundas de famílias com maior poder aquisitivo e com influência política na região.

Assim, apesar de propor um ensino mais prático e ligado aos ensinamentos da “moderna pedagogia”, a reforma de Thomaz Pompeu não trouxe grandes avanços na prática docente da Escola Normal, mantendo características de uma educação propedêutica e reforçando o caráter elitista da instituição.

Por conseguinte, abordar essas questões nos ajudam a compreender como a Escola Normal do Ceará foi se moldando ao longo do tempo e se configurando como a mais relevante instituição de formação de professores no Ceará no início do século XX, apesar de ser responsável apenas pela formação de uma parte minoritária das professoras. Ademais, essa pesquisa aponta para caminhos que podem ser percorridos para compreender a História da Educação do Ceará.

Por fim, pontua-se que, apesar do início do século XX ser um período bastante pesquisado, ainda há lacunas em torno dos estudos sobre as instituições escolares, seus cotidianos e seus currículos no Ceará. O estudo das reformas e dos currículos ajuda na compreensão das ideias vigentes e do que se buscava como objetivos educacionais em um determinado contexto educacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Maria Fernandes de. **A reforma da instrução pública de 1922**: as diretrizes da política educacional do governo Justiniano de Serpa. 2009. 127f. Dissertação. (Mestrado acadêmico). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://www.uece.br/posla/wp-content/uploads/sites/56/2019/12/jane1.pdf>.

ALVES, Vânia Maria Siqueira. **Museus escolares no Brasil**: De recurso de ensino ao patrimônio e a museologia. 2016. 290f. Tese. Unirio, Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.unirio.br/ppg-pmus/copy4_of_vania_maria_siqueira_alves.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues. **A tradicional escola normal cearense chega ao bairro de Fátima**: formação das primeiras professoras primárias (1958-1960)/Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo, Fortaleza, Editora UFC, 2015.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes históricas**. 3. ed. 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2023. p. 23-79.



BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. **Relatório anual da Escola Normal de 1911**. Fortaleza, Governo do Ceará, 03 de jun. de 1912.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?**/ Peter Burke: tradução Sérgio Goes de Paula: [tradução das atualizações Maria Luiza X. de A. Borges]. - 3ª ed. rev. e amp. - Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JORNAL DO CEARÁ, **Edição nº 1414**, ano VIII. Fortaleza, Ceará, 27 de outubro de 1911.

LE GOFF, Jacques, comp. **História: novos problemas**. Direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora: tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro, F. Alves, 2ª edição, 1979.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes históricas**. 3. ed. 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2023. p.111-153.

MARTINS, José Murilo. **Academia Cearense de Letras**. História e Acadêmicos. Fortaleza, Ceará, s/d.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**/ Maria Cecília de Souza Minayo (org.); Suely Ferreira Deslandes; Romeu Gomes. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2009.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. **Formação integral do educando no tempo da escola normal**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2005.

OLIVEIRA, Jacqueline Holanda Tomaz de. **Escola Normal do Ceará: O Ensino Ativo e a arquitetura do palacete da Praça Figueira de Melo (1922-1934)**, 2008. 175 f. Dissertação – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: https://www.uece.br/wp-content/uploads/sites/29/2019/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o_JACQUELINE-HOLANDA-TOMAZ-DE-OLIVEIRA.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

PEREIRA, Lidiane da Silva. **A atuação da educadora Edite Braga na Escola Normal do Ceará (1922-1938)**. 2024. 169 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2024) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=116383>> Acesso em: 4 mar. 2025.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema do contexto brasileiro. **Revista Educação Brasileira**, Brasília, DF, v. 14, n. 40, p. 143-155, 2009. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100012>. Acesso em: 10 mar. 2025.



SOUSA, Joaquim Moreira de. **Sistema Educacional Cearense**. Recife: MEC/INEP, 1961.

SOUSA, Joaquim Moreira de. **Estudo sobre o Ceará**. Recife: MEC/INEP, 1966, ed. 2º.

VASCONCELLOS, Julia de. CARVALHO, Thomás Antônio de, BARCELLOS, José de. **Ofício do Regimento Interno de 1911 da Escola Normal**.

VIANA, Carlos Negreiros. Thomaz Pompeu de Souza Brasil: o homem de empresas.
In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 2006. p. 171-195.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970) In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, 2003. p. 37-70.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**/Robert K. Yin: tradução: Daniel Bueno; revisão técnica: Dirceu da Silva. - Porto Alegre: Penso, 2016. e-PUB.

ZARANZA, Gabrielle. Quem foi Senador Pompeu, que nasceu há 200 anos, virou nome de rua e mudou o Ceará. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 22 ago. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/08/o-bicentenario-do-senador-do-imperio.html>. Acesso em: 29 set. 2025.

